

Cortar para salvar

Economia Brasil

NÃO ESCAPAM evidentemente à classificação de medidas apenas complementares aquelas que o Conselho Monetário Nacional acaba de aprovar, destinadas principalmente a reduzir a taxa de juros internos e a aumentar a receita fiscal, tudo dentro da meta de redução do déficit público.

A OPERAÇÃO principal dirá respeito ao corte nos dispêndios governamentais, cujas proporções e distribuição envolvem notória controvérsia e exigiram novas reavaliações ministeriais para a decisão final do Presidente da República.

O PACOTE econômico de sexta-feira última tem a sua importância, pois entre outras coisas proporcionará aumento de Cr\$ 4,5 trilhões na arrecadação tributária de 1985 e deverá produzir algum impacto redutor sobre o comportamento dos juros. Mas o essencial é o que está para vir e será representado não somente pelos cortes nas despesas de custeio e de investimentos e na suspensão de dotações orçamentárias das empresas estatais, como ainda pela redução do déficit da Previdência e dos subsídios ao consumo de trigo, açúcar e álcool, pela recomposição de certas tarifas públicas etc.

COMPREENDEM-SE as dificuldades que o Governo encontra na definição dos cortes, dadas as resistências que partem das estatais e também do setor privado, onde sempre surgem manifestações de preocupação e temor quando se acha em causa a eventualidade de uma menor presença

do Governo-empresário no mercado. O processo de estatização teria fatalmente que estabelecer crescente interpenetração de interesses entre os setores público e privado da economia, ninguém podendo ignorar que em vários casos a indústria (de construção naval, ferroviária, siderúrgica, de bens de capital etc.) passou a ficar sob fundamental ou substancial dependência dos projetos e das encomendas governamentais.

OS MINISTROS do Planejamento e da Fazenda vêm diante de si dirigentes de empresas estatais eficientes que não querem perder pontos nos seus bons resultados e em investimentos essenciais, e outros responsáveis por empresas cronicamente improdutivas que, por sua vez, alegam a perspectiva de um mal maior com os cortes ou apenas agem em defesa da própria posição de poder e de prestígio.

NÃO HÁ, entretanto, como sair da diretriz traçada. Sem as suspensões (susceptíveis até de posterior revogação conforme os rumos da economia) e os cortes orçamentários na medida certa, ou seja "para valer", o programa antiinflacionário do Governo Sarney perderia toda consistência e credibilidade. Até aqui foi possível segurar os preços administrados e industriais através do congelamento ou dos reajustes subdimensionados, mas na sua rigidez essa estratégia de emergência tende a esgotar-se. Formas seletivas ou suavizadas de controle é que permanecerão, enquanto o quadro inflacionário não autorizar o adequado ânimo de tranquilidade

de em relação ao desempenho de custos e preços.

EQUACIONADO o problema do déficit, as autoridades econômico-financeiras estarão abrindo caminho para uma melhor forma de administração do endividamento público, de maneira que esta logre sair dos impasses atuais.

O CÁLCULO do déficit público tem experimentado várias correções, tanto em função da descoberta de novos furos como das previsões da taxa inflacionária de 1985. É claro que as projeções alcançariam outra magnitude sem os êxitos do Governo na luta contra a inflação. Os 109 trilhões do cálculo em que se vão basear os cortes tomam como ponto de referência uma taxa inflacionária aproximada da atual e não se perca de vista que o montante considerável de 51 trilhões de cruzeiros daquele total precisará ser coberto com emissão primária de moeda (26 trilhões) e emissão de títulos públicos (25 trilhões).

NÃO SE TRATA, portanto, de tentativa de eliminação do déficit, mas de seu rebaixamento a níveis suportáveis, nem por isso deixando de cobrar o preço de tantas resistências e de óbvios sacrifícios da população e da sociedade. São assim injustificáveis as reações radicais ou alarmistas a esse esforço no sentido de colocar-se o setor público a serviço, agora, do saneamento e do reequilíbrio da economia brasileira. Topicamente o programa merecerá ressalvas ou dúvidas. No seu espírito e no seu conjunto, porém, ele corresponde a uma exigência de salvação nacional.